



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº /2021
(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**)

Requer a realização de Audiência Pública/Seminário, no estado de Mato Grosso, para discutir a vacinação dos profissionais da educação e os desafios na pandemia e para além dela.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, XIII e XIV, combinado com os Artigos 32, IX e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o colegiado desta comissão, a realização de Audiência Pública/Seminário, no estado de Mato Grosso, para discutir a vacinação dos profissionais da educação e os desafios na pandemia e para além dela, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, deputados estaduais e entidades do campo educacional.

Para esta finalidade sugerimos que sejam envolvidos na audiência pública/seminário: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), Associações de Docentes, Representações Estudantis e de Técnico-administrativos entre outros.

JUSTIFICAÇÃO

Durante a pandemia, no contexto da educação, o país focou muito na discussão sobre cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual e, mais recentemente, em um conceito de tratar a educação como serviço essencial, sem envidar um grande esforço nacional pelo retorno seguro às aulas e com a necessária vacinação de todos, todas e todas, especialmente nossos profissionais da educação.

O país, notadamente em razão da desorganização do Governo Federal, descuidou, muito da discussão sobre (in)disponibilidade de recursos para atividades remotas, sobre a necessária formação, a oferta de equipamentos, acesso à internet e condições objetivas para ocorrência de aulas e, sobretudo, manutenção de vínculos escolares com nossas crianças e jovens ao longo da pandemia.

O governo, responsável pela coordenação da política nacional, desconsiderou ao longo da pandemia, as desigualdades de acesso e para estudar, desconsiderou a sobrecarga e adoecimento de professores e professoras (que também têm filhos, famílias, pessoas que precisam de cuidados), os salários baixos para, ainda, terem que arcar com melhor internet, equipamentos e arcar com ônus adicionais. Pior ainda, patrocina, como alguns governantes estaduais e municípios um retorno compulsório, obrigatório às aulas sem, repetimos, vacina e





condições sanitárias que o permitam, com segurança e proteção à profissionais da educação, estudantes e famílias.

Descuida-se, infelizmente também no atual momento, do necessário diálogo social e federativo, da pactuação e do estabelecimento de critérios epidemiológicos para a decisão sobre o funcionamento das escolas e instituições superiores, com efetivos protocolos das escolas, ancorados na ciência e na proteção à saúde, construídos com a efetiva participação de pais e profissionais da educação

Pelo exposto, esta Comissão precisa se dedicar ao tema e apoiar o salutar debate estadual sobre retorno seguro às aulas (PL 2949/2020) e contra medidas que obriguem um retorno obrigatório sem condições adequadas, a pretexto da essencialidade da educação (PL 5595/20 e outros) e, para tanto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento, de modo a realizarmos tal atividade com parlamentares estaduais igualmente preocupados com a educação e a saúde de todos/todas/todes que nela atuam.

Sala das Sessões, em de maio de 2021

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT

